

Atrás do prejuízo

Lauro Rutkowski
Da equipe do **Correio**

No momento em que a Terracap sofre uma devassa por parte da Corregedoria Geral da União, o governador Joaquim Roriz tenta às pressas anular um acordo de desapropriação fechado em seu próprio governo — no caso, no mandato anterior.

Em 3 de agosto, nove dias depois de a corregedoria ter informado o Governo do Distrito Federal sobre investigações na Ter-

racap, a atual direção da empresa atendeu a uma ordem do governador e ingressou com ação judicial para tentar evitar um prejuízo de R\$ 5,6 milhões apontado em um relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

O governador quer esvaziar a onda de denúncias e mostrar à União que o governo local cuida bem do patrimônio da Terracap. Para isso, vai pagar o preço de arranhar a imagem de pessoas que estão hoje na sua equipe.

A desapropriação ocorreu em 1994, no governo anterior de Roriz, e tinha como objetivo excluir

propriedades particulares da reserva biológica de Águas Emendadas, em Planaltina. Para indenizar os expropriados, a Terracap decidiu trocar as áreas rurais por 33 terrenos urbanos que possuía no Distrito Federal.

Em troca das glebas rurais, a empresa entregou imóveis avaliados em R\$ 10 milhões (em valores atualizados). Com o acordo, a Terracap obteve 102,53 hectares. Ou seja, pagou cerca de R\$ 96,5 mil por hectare, valor 32 vezes superior ao preço de mercado na região de Planaltina, onde fica a reserva de Águas Emendadas.

O relatório de uma inspeção do Tribunal de Contas do Distrito Federal afirma que o valor pago pela Terracap em 1994 corresponde, na verdade, à compra de 178,65 hectares. Como a empresa só ficou com 102,53 hectares, o acordo pode ter provocado um prejuízo de R\$ 5,6 milhões (em valores atualizados) pelo pagamento de 75,91 hectares a mais. E ainda pode resultar na perda de R\$ 5,6 milhões em imóveis pela Terracap.

Isso porque a empresa dona das terras desapropriadas exige, na Justiça, o pagamento das áreas

supostamente não indenizadas. A empresa que se diz prejudicada é a Mina Empreendimentos Imobiliários e Agropastoris, que provou na Justiça ter recebido indenização por apenas 102,53 hectares do total de 178,65 hectares. Conseguiu, assim, penhorar 14 imóveis da estatal para garantir o pagamento.

A atual direção da Terracap acredita que houve erro. "A Terracap pagou por 178 hectares e levou só 102 a registro. Foi um erro enorme", admite o presidente da Terracap, Eri Varela, que não quer fazer acusações pessoais aos an-

tigos dirigentes da empresa — mesmo porque entre eles estão dois homens da confiança do governador Roriz.

O acordo e a escritura que transferiu os 102,53 hectares à Terracap trazem assinaturas do então presidente da empresa, Humberto Ludovico. Hoje ele é diretor administrativo da Companhia de Saneamento do Distrito Federal. O ex-diretor comercial da empresa na época, Alexandre Gonçalves, também assinou o acordo. Ele é diretor administrativo do Metrô de Brasília.

Andre Correa 1.7.99



ÁGUAS EMENDADAS: A TERRACAP PAGOU CERCA DE R\$ 96,5 MIL (A PREÇOS DE HOJE) POR HECTARE DENTRO DA RESERVA ECOLÓGICA, VALOR 32 VEZES SUPERIOR AO PREÇO DE MERCADO DAS TERRAS VIZINHAS